

SÍNODO PAN-AMAZÔNICO: RUMO A UMA CONFERENCIA EPISCOPAL AMAZÔNICA?

Pablo Mora, SJ¹

Tradução: Eduardo Henriques, SJ

O Sínodo Pan-Amazônico terá lugar em outubro e contará com a presença de todos os bispos das dioceses, vicariatos apostólicos e prelazias que estão dentro da região amazônica. Após três semanas de intenso discernimento espiritual, eles tomarão as decisões que irão demarcar os novos caminhos da evangelização da Amazônia. Mas uma pergunta crucial permanecerá sem resposta: como implementar essas decisões?

Este artigo, mesmo como contribuição modesta, quer mostrar aos governos dos países da Amazônia que a implementação dos novos caminhos de evangelização será um processo complexo, tendo em vista, ainda que rapidamente, uma análise do território com sua história difícil e seus desafios. É verdade que, a partir do século XX, o surgimento de uma consciência mais clara de que a Amazônia é um território integrado tem ajudado nesse processo. Contudo, dessa visão não se seguiu necessariamente um melhor cuidado dessa porção preciosa da nossa casa comum, como o evidencia o número recente de focos de incêndio em agosto de 2019.

O sínodo será um *kairós*, isto é, um tempo especial da graça de Deus para a Igreja que está na região amazônica, e que vem precedido de muitas sementes, histórias e processos, nos quais o Documento de Aparecida (2007)² e o nascimento da Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM – 2014) tiveram um papel essencial na última década. Este é o tempo propício para os nossos bispos da Amazônia pensarem em uma possibilidade ainda mais criativa, como seria, por exemplo, o estabelecimento de uma Conferência Episcopal Amazônica que possa implementar os novos caminhos de evangelização que a região espera e de que tem necessidade.

O TERRITÓRIO AMAZÔNICO: UMA FLORESTA HABITADA

O Sínodo Pan-Amazônico tem como título oficial Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Amazônica. A palavra “especial” o diferencia dos outros sínodos porque tem seu foco em um território muito particular e determinado, que, neste caso, é

¹ Pablo Mora nasceu em Tarapoto, na Amazônia peruana. Trabalhou no Serviço Jesuíta para a Pan-Amazônia (SJPAM) e na Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM). Atualmente, colabora na preparação do Sínodo Pan-Amazônico, a serviço do escritório central do Sínodo dos Bispos, em Roma.

As ideias contidas neste artigo são de responsabilidade exclusiva do autor, que não fala, de modo algum, em nome da Secretaria Geral do Sínodo dos Bispos, não sendo porta-voz desta entidade, nem reflete um posicionamento oficial da mesma secretaria.

² V Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano e do Caribe (CELAM), Documento Conclusivo, indicado aqui como DAp.

a região amazônica sul-americana, a maior floresta tropical do mundo, e que abrange 7,5 milhões de quilômetros quadrados, compreendendo oito países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, além da Guiana Francesa, que é um território ultramarino francês. Trata-se de uma região especial, cheia de vida, onde o verde descansa e alegra a vista, e onde o rio Amazonas serpenteia livremente, dando vida a uma grande variedade de plantas, insetos, peixes e mamíferos, junto com as centenas de afluentes que possui. Nessa região, a terra nunca esteve nua nem conheceu a aridez dos desertos. Muito pelo contrário, o solo sempre esteve recoberto de vida, sendo que foi a mãe natureza quem sempre alimentou, curou, vestiu, abrigou e permitiu à humanidade trabalhar aí para o seu sustento.

A água é o elemento fluido fertilizador da Amazônia. Sem ela, a Amazônia não seria a mesma. Os rios correspondem às estradas e avenidas das regiões urbanas, a tal ponto que não se entende a região sem eles, às vezes canais de pequeno e médio porte, estreitos e rasos igarapés, às vezes tão largos que a vista não alcança a outra margem. O meio de transporte natural da população é o barco, que tem formas e tamanhos variados. A Amazônia dá origem também a outro tipo de corredor aquático, os “rios aéreos”, que são as chuvas que tornam possível que a bacia amazônica estenda o seu território para formar o bioma amazônico. Afinal, essas chuvas fertilizam também os países não-amazônicos da América do Sul. Finalmente, a Amazônia é a fonte natural de água que mata a sede de um quinto da população mundial.

UMA FLORESTA HABITADA E DESTORCIDA PELA COBIÇA: PINCELADAS HISTÓRICAS

Faz milhares de anos que a Amazônia é um território habitado por centenas de etnias indígenas, que aprenderam a conviver com a floresta, abrigando-se nela, beneficiando-se de toda a vida existente ali, e adaptando-se aos seus mistérios e perigos. Hoje, os “povos originários” formam uma população que chega a quase 3 milhões de pessoas, repartidas em 360 etnias e mais de 100 grupos de povos indígenas em situação de isolamento voluntário e contato inicial (os PIACI), vivendo de maneira errante em diferentes áreas da floresta. Cada um desses grupos tem a sua própria forma de organização, cultura e modo de ser.

A guerra é uma ameaça constante entre grupos étnicos diferentes, e a Amazônia não ficou alheia a esse fenômeno, sendo conhecida a valentia dos grupos indígenas que nunca se submeteram, como os povos *Awajun* e *Harakbut*. A partir dos séculos XV e XVI, as potências colonizadoras europeias chegaram a esse mundo de diversidade étnica com cobiça e avareza, inflamadas pelas lendas como a do *El Dorado*, o *Patiti* e a *Terra da Canela*, trazendo os mais potentes equipamentos militares, fazendo alianças com tribos amazônicas inimigas entre si, enfraquecendo-as ainda mais, e introduzindo doenças contra as quais os indígenas não tinham imunidade. Aliado ao trabalho escravo, tudo isso contribuiu para dizimar grande parte da população autóctone.

Em seu ardor evangelizador, os missionários converteram-se muitas vezes em defensores dos indígenas contra os conflitos de fronteiras entre os reinos europeus e sua política

escravagista. O contexto de insegurança, violência e abuso deixou a população sem alternativas, resignando-se a viver nas “reduções” ou áreas de missão, onde se sentiam mais protegidos e eram catequizados. Assim, as primeiras sementes do evangelho foram plantadas na Amazônia com o zelo dos missionários, que chegaram a regá-las, muitas vezes, com o seu próprio sangue.

A Revolução Industrial do século XVIII ecoará na Amazônia com atraso, fazendo com que somente no século XIX e começo do século XX a região viva um momento sombrio da sua história como consequência direta da industrialização: trata-se da exploração da borracha, o “ouro branco”, imprescindível para a fabricação de pneus, dentro do contexto de explosão da indústria automobilística. Houve genocídio sistemático das etnias indígenas amazônicas, como aquelas ao longo do rio Putumayo, que atravessa o Equador, o Peru, a Colômbia e o Brasil, e onde se utilizou mão-de-obra escrava para a coleta do látex. A Igreja reagiu com a encíclica *Lacrimabili Statu Indorum* de 07 de junho de 1912, do Papa Pio X, denunciando os abusos, mas que não teve muito impacto.

O “boom” econômico da borracha, alimentado pela injustiça contra o indígena amazônico, gerou uma onda de milhares de migrantes. Foi assim que surgiram as grandes cidades da região e que continuam a ostentar um número significativo de habitantes até hoje: Manaus (2 milhões) e Belém (1,5 milhões) no Brasil, e Iquitos, no Peru (500 mil). A população total da região amazônica é de aproximadamente 34 milhões de habitantes.

A SITUAÇÃO DA AMAZÔNIA HOJE: PRESSIONADA POR UM MUNDO GLOBALIZADO

Na segunda metade do século XX, o avanço gigantesco da ciência e da tecnologia aplicadas à economia e à produção industrial, e dominadas por grandes empresas multinacionais extrativistas, que negociam acordos rentáveis com os governos dos países amazônicos, rapidamente converteu a região em um bem econômico para importação e exportação altamente cobiçado. Em um mundo de economia globalizada, as potências estrangeiras pressionam ainda mais, aumentando o seu interesse pela exploração dos recursos naturais amazônicos, tais como o petróleo, o minério e outros metais preciosos, também em virtude das informações mais acuradas de que se dispõe atualmente, graças ao mapeamento exato de todo o território. Além disso, a maior atenção dispensada à região contagia o desejo de milhares de migrantes nacionais e imigrantes estrangeiros, todos buscando o que parece ser o objetivo comum quando se pensa na Amazônia, isto é, ficar rico em pouco tempo.

Paralelamente, porém, também cresceu no mesmo período uma maior consciência regional quanto à importância da Amazônia para todos os países que a compõem, amadurecendo cada vez mais a vontade política de entendê-la melhor e incidir sobre ela a partir de uma visão de conjunto, isto é, como um só território pan-amazônico, e com ações em comum. Foi assim que surgiu o primeiro acordo entre os países da região, à exceção da Guiana Francesa: o Tratado de Cooperação Amazônica (1978). Vinte anos mais tarde, este tratado converteu-se na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com sede no Brasil, para tomar decisões conjuntas, mas com

programas e resultados muito limitados. Mais pragmático e ambicioso foi o acordo que surgiu da primeira Reunião de Cúpula Sul-americana (2000), intitulado “Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana” (IIRSA), e que consistiu em um megaprojeto de construção de autoestradas para promover e facilitar a integração regional, diminuindo as distâncias, como, por exemplo, ligando o oceano Atlântico ao Pacífico, tornando mais rápido o escoamento dos produtos. No entanto, esse projeto sempre gerou muitas resistências na região.³

A mesma consciência a respeito da Amazônia como território integrado e com características próprias aparece nas considerações do World Wild Fund (WWF), uma conhecida organização não-governamental internacional (ONG) que trabalha pela preservação dos espaços naturais e redução do impacto humano sobre o meio ambiente. Em seu informe de 2016, *Amazônia Viva*, ressalta-se a importância de um enfoque coordenado e de uma estratégia de conservação regional para todo o bioma, para atender às necessidades tanto de conservação quanto de desenvolvimento econômico e social. O desafio proposto pelo Papa Francisco vai na mesma linha: “Creio que o problema principal está em como conciliar o direito ao desenvolvimento, incluindo também o direito de tipo social e cultural, com a proteção das características próprias dos indígenas e seus territórios”.⁴ Apesar de tudo isso, parece que a destruição da Amazônia não se detém. Ao contrário, a cobiça e a avareza dos séculos passados continua, só que, desta vez, a Amazônia corre o risco de ser destruída para sempre e convertida em um deserto de areia.

Ainda segundo o informe *Amazônia Viva* da WWF, existem seis ameaças principais quando se trata da Amazônia: 1) as **áreas de concessão para mineradoras**, que correspondem a 15% do bioma amazônico, além de 37% dos territórios indígenas que se encontram ameaçados pela assinatura de 500 contratos de exploração de minerais e hidrocarbonetos, como o petróleo, o gás natural e o carvão; 2) o **aumento das usinas hidrelétricas**, que já são 154, sendo que outras 277 estão em projeto, restando apenas três rios sem represas, pondo em perigo a ecologia, a economia e o clima do subcontinente; 3) a **construção de estradas**, principalmente no sentido leste – oeste, o que contribui para a vinculação da economia da região aos mercados da Ásia oriental. Em 2016 somente, mais de 20 novos projetos exerciam pressão sobre a Amazônia, o que contribuiu para um crescimento rápido da área desmatada; 4) a **expansão da agropecuária intensiva**, tanto para a criação de gado quanto para o cultivo da soja e outras culturas, o que já provoca transformações graves no uso do solo da floresta; 5) o **desmatamento**, causado pelas ameaças já mencionadas, calculando-se que, em 2030, a Amazônia poderá ter perdido 27% do seu território (algo em torno de 85,4 milhões de hectares de floresta); 6) a **fragilidade da legislação ambiental nas áreas protegidas da floresta**, reduzindo estas ou retirando delas o seu status de área preservada. Em 2016, essas reservas correspondiam a mais de 50% do território e, como aconteceu com todos os outros dados citados anteriormente, dos quais temos certeza, também estamos certos de que esta porcentagem diminuiu nos últimos anos.

³ Para mais informações, consultar: <https://www.salvalaselva.org/temas/infraestructuras>

⁴ Papa Francisco, Discurso aos participantes do III fórum dos povos indígenas, convocado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), 15 de fevereiro de 2017.

Em sua mensagem aos representantes da população amazônica reunidos em Porto Maldonado, Peru, em 19 de janeiro de 2018, o Papa Francisco assim se expressou: “Provavelmente, os povos originários amazônicos nunca estiveram tão ameaçados em seus territórios como estão agora”. Suas palavras confirmam que, somente nas primeiras décadas do século XXI, a situação da Amazônia entrou em uma fase crítica sem precedentes.

A IGREJA E O TERRITÓRIO DA AMAZÔNIA

É preciso dizer logo e sem rodeios que a primeira evangelização dos séculos XV e XVI olhou para a Amazônia com os olhos do seu tempo, isto é, como uma vasta região de conquista espiritual, paralela ou complementarmente à conquista política e militar disputada entre os reinos europeus. Naturalmente, junto à divisão dos territórios entre as potências colonizadoras europeias e as tensões políticas entre elas, ocorreu também a demarcação das circunscrições eclesiásticas confiadas à Igreja. A evangelização destas foi confiada às ordens e congregações religiosas que foram chegando a esta parte do continente.

Depois da independência, a partir do século XIX, os limites fronteiriços dos novos países sul-americanos foram estabelecidos em meio às disputas e guerras entre as novas nações que passaram a compor o território. Ao mesmo tempo, esses países também conheceram o processo de organização política interna de cada um, criando-se os departamentos, províncias ou estados. Quanto à Igreja, também teve lugar a divisão eclesiástica do território de cada novo país, com a criação de dioceses, prelazias e vicariatos apostólicos.⁵ As áreas eram tão imensas que a atenção pastoral a elas sempre esteve a cargo de congregações religiosas masculinas e femininas que eram convidadas a unirem-se aos bispos e vigários apostólicos na evangelização, constituindo paróquias e equipes itinerantes, bem como através da educação, saúde e assistência social.

A missão evangelizadora junto aos povos indígenas mais distantes sempre se viu limitada pelas dificuldades inerentes ao território, como as grandes distâncias a serem percorridas, a falta de acesso através da floresta, o pequeno número de missionários, principalmente depois dos anos 70 do século XX, e a falta de recursos econômicos para financiar uma pastoral sustentável. Quanto mais distantes as comunidades, menor o número de visitas que recebiam dos missionários. A pastoral itinerante ou de visitas (uma ou duas vezes por ano, no melhor dos casos) é cara, pois o custo das viagens através dos rios é duas ou três vezes maior do que se fosse por estradas. Ainda assim, a generosidade dos missionários faz de tudo para que esse tipo de pastoral não fique totalmente paralisada.

A Igreja sempre se mostrou fiel à sua missão evangelizadora na Amazônia, e o Papa Francisco falou disso, quando de sua visita ao Brasil, discursando ao episcopado

⁵ De modo geral, pode-se dizer que os vicariatos apostólicos são territórios de missão que dependem diretamente da Santa Sé e estão confiados a um bispo, sem que ainda tenham sido constituídos como dioceses. As prelazias são territórios menores, mas pode acontecer também de não coincidirem com nenhuma região específica, como no caso das prelazias pessoais. Também dependem da Santa Sé, e quem as governa não é necessariamente um bispo.

brasileiro no Rio de Janeiro, no dia 27 de julho de 2013: “A Igreja não está na Amazônia como quem tem as malas prontas para ir embora depois de tê-la explorado ao máximo. Desde o começo até hoje, a Igreja está presente na Amazônia com missionários, congregações religiosas, sacerdotes, leigos e bispos, o que é determinante para o futuro da região”.

A REDE ECLESIAL PAN-AMAZÔNICA (REPAM): PRECURSORA DE UMA ESTRUTURA EPISCOPAL PARA A REGIÃO

A consciência de olhar para a Amazônia como território integrado e com uma pastoral de conjunto e diferenciada cristalizou-se no Documento de Aparecida, fruto da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano: “Tomar consciência nas Américas da importância da Amazônia para toda a humanidade. Estabelecer, entre as igrejas locais dos diversos países sul-americanos que estão na bacia amazônica, uma pastoral de conjunto com prioridades diferenciadas, a fim de se criar um modelo de desenvolvimento que privilegie os pobres e sirva ao bem comum” (DAP 475). A partir dessa época, e apoiado por um contexto de maior consciência ecológica em nível mundial, inicia-se um processo acelerado que reivindica para a Amazônia o caráter de sujeito eclesial regional, com características próprias, e que demandam uma pastoral de conjunto entre todos os países que a compõem.

A importância de ver a Amazônia para além das fronteiras geográficas políticas ou das circunscrições eclesiásticas atuais começou timidamente, mas com determinação, através de experiências interinstitucionais e intercongregacionais, tais como o nascimento da “Equipe Itinerante” em 1996, cujo inspirador foi o Padre Claudio Perani, SJ. O grupo está constituído por leigos, leigas, religiosas, religiosos e padres diocesanos e religiosos, e persevera até hoje no seu carisma missionário na região amazônica.

Mais tarde, desenvolveu-se uma pastoral mais focalizada, trabalhando para além das fronteiras ou circunscrições eclesiásticas de um determinado país, e com visão pan-amazônica. Congregações religiosas como, por exemplo, os jesuítas, franciscanos/as e maristas confiam essa visão a alguns/mas de seus membros para que essa nova missão seja levada a bom termo. Também se observa a formação de equipes intercongregacionais de pastoral em regiões de fronteira entre países amazônicos.

A criação da Rede Pastoral Pan-amazônica (REPAM) em 2014 é um marco decisivo na história de consolidação da visão da Amazônia como um território único e com características próprias. Isto só foi possível graças ao apoio do Departamento de Justiça e Solidariedade da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), da Comissão para a Amazônia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Confederação Latino-Americana e do Caribe dos Religiosos e Religiosas (CLAR) e da Cáritas Internacional. A REPAM nasceu sob a liderança conjunta do Cardeal Claudio Hummes, OFM, presidente, o Arcebispo (hoje Cardeal) Dom Pedro Barreto, SJ, vice-presidente, e o Sr. Maurício López, secretário executivo.

Como o próprio nome indica, a REPAM foi criada para ser uma rede na qual todas as igrejas locais da Amazônia sintam-se conectadas solidariamente em suas necessidades, desafios, lutas e expectativas. Ela acompanha e anima as igrejas locais de uma forma mais orgânica e eficaz, através de nove áreas de atuação: *povos indígenas*; *justiça socioambiental*; *direitos humanos* e *incidência política*; *fronteiras*; *mineradoras*; *formação* e *metodologia pastoral*; *redes internacionais*; *pesquisa* e *mapeamento*; e *comunicação*.

Desde o anúncio do Sínodo Pan-Amazônico feito pelo Papa Francisco em 2017, a REPAM tem tido um papel fundamental de coordenação, a serviço da secretaria geral do Sínodo dos Bispos. Na fase preparatória, a maior contribuição da REPAM foi na organização das assembleias pré-sinodais territoriais em toda a região amazônica. Presididas pelos respectivos bispos, os participantes dessas assembleias reuniram-se para responder às perguntas do Documento Preparatório. O material recolhido serviu de base para a redação do atual *Instrumentum Laboris* (IL), que é o documento de trabalho a ser usado durante o sínodo em outubro de 2019. Uma feliz coincidência foi a publicação no mesmo período da Constituição Apostólica *Episcopalis Communio* em 15 de setembro de 2019, na qual o Papa Francisco recorda que a Igreja é toda sinodal e caminha sempre unida. Esta sinodalidade expressa uma comunhão estreita entre o Papa e os demais bispos, entre os bispos entre si, e entre os bispos, como pastores, e os fiéis. Assim, as igrejas locais, animadas por seus bispos, são consultadas a respeito dos temas que o papa escolhe para serem discutidos no sínodo, para o bem da igreja universal.

NECESSIDADE DE UMA CONFERÊNCIA EPISCOPAL AMAZÔNICA

Para se ter uma visão mais adequada da Amazônia, como sugere o *Instrumentum Laboris* em preparação ao próximo sínodo, é melhor considerá-la como um novo sujeito eclesial (IL2) no qual se identifica mais claramente uma igreja com rosto amazônico e rosto indígena, como afirmou o Papa Francisco em Porto Maldonado (2018), e com traços fundamentais e significativos que a diferenciem das igrejas de outras regiões. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer também que existe uma territorialidade que faz parte dessa identidade eclesial própria. É por isso que o *Instrumentum Laboris* pleiteia a criação de uma estrutura episcopal especial para a região amazônica⁶ que, se traduzida em um organismo eclesial sólido como uma conferência episcopal nos moldes definidos pelo Código de Direito Canônico, cânones 447 e 448, significaria considerar todo o território amazônico com suas circunscrições eclesiásticas atuais (dioceses, vicariatos e prelazias) como o seu foco de atenção e a sua área de jurisdição.

Atualmente, a região amazônica é um território de grandes proporções se comparada às demais áreas não-amazônicas de cada conferência episcopal dos países que a compõem. No entanto, a população de toda a região é uma minoria. Seus 34 milhões de habitantes

⁶ Isso está claro no *Instrumentum Laboris* (IL), que é o documento de trabalho prévio, em preparação ao Sínodo Pan-Amazônico: “Tendo em conta as características próprias do território amazônico, sugere-se considerar a necessidade de uma estrutura episcopal amazônica que leve a cabo a aplicação do sínodo” (IL 129f3).

correspondem somente a 10% da população total dos países amazônicos. Como consequência disso, as conferências episcopais nacionais, isoladamente, não têm capacidade de responder plenamente aos complexos e diversificados problemas da região, uma vez que a maior parte de suas igrejas locais encontra-se fora da Amazônia. Mesmo levando-se em conta que a maioria do território está sob a jurisdição de vicariatos apostólicos administrados por congregações religiosas, isso não significa que necessariamente que tais áreas estejam mais bem atendidas.

A REPAM faz um bom trabalho de animação e coordenação de projetos no serviço que presta às circunscrições eclesiais da Amazônia. Mas ela não teria autoridade para implementar e executar as conclusões do próximo sínodo como seria o caso se houvesse uma conferência episcopal⁷ agindo de forma colegiada.

A figura de uma conferência episcopal é interessante por causa da maleabilidade que a sua estrutura pode apresentar, de acordo com as normas canônicas. Juntamente com as conferências episcopais que conhecemos, isto é, limitadas ao território e às fronteiras de cada país, elas podem ser constituídas também a partir de "um território de menor ou maior extensão, de tal modo que inclua apenas os Bispos de algumas Igrejas particulares existentes nesse mesmo território, ou os Prelados das Igrejas particulares de diversas nações".⁸ Por isso, a possibilidade das Conferências Episcopais é contemplada também em nível supranacional.

Sem um organismo episcopal sólido e unido, a Amazônia corre o risco de converter-se em uma preocupação marginal ou secundária. Ao contrário, com a criação de uma conferência episcopal amazônica, a projeção eco-pastoral para toda a região ganharia uma nova forma de organização e novo impulso. A coordenação na busca de objetivos comuns beneficiaria a todos. O planejamento de projetos teria um horizonte mais amplo, mesmo quando estivessem ligados a uma realidade local. As instituições e agências financeiras que apoiam a missão da Igreja poderiam discernir melhor como canalizar os seus recursos, pois conheceriam as prioridades comuns da conferência para toda a região. Haveria também maior possibilidade de aumentar a mobilidade e o intercâmbio entre os missionários, leigos, religiosos e sacerdotes em toda a Amazônia. Enfim, a missão seria realizada de modo mais criativo e eficaz, com mais recursos disponíveis do ponto de vista do trabalho interinstitucional e interdisciplinar, apoiando-se melhor também, por exemplo, a saúde, a educação e a defesa do território.⁹

É evidente que existem desafios concretos para uma nova evangelização na região amazônica que são difíceis de superar, tais como as diferenças culturais, as formas de trabalhar, os idiomas tão numerosos e diferentes entre si, não só entre os povos originários, mas, também entre a maioria da população dos países amazônicos, que falam

⁷ Cf. Código de Direito Canônico (CIC), cânon 447; cf. Concílio Ecumênico Vaticano II, Decreto *Christus Dominus*, 38-1: "A Conferência Episcopal, instituição permanente, é o agrupamento dos Bispos de uma nação ou determinado território, que exercem em conjunto certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território, a fim de promoverem o maior bem que a Igreja oferece aos homens, sobretudo por formas e métodos de apostolado convenientemente ajustados às circunstâncias do tempo e do lugar, nos termos do direito".

⁸ Cf. CIC cânon 448, § 2.

⁹ Cf. *Motu Proprio* do Papa São João Paulo II *Apostolos suos*, acerca da natureza teológica e jurídica das conferências dos bispos, n.15. Outras vantagens da criação de uma conferência episcopal também aparecem aí.

português, espanhol, inglês ou francês. Ainda assim, uma conferência episcopal única permitiria apreender melhor o que é central para a nossa nova postura evangelizadora como igreja na região, isto é: entender e trabalhar com os povos amazônicos e com as suas diferentes culturas, línguas ou dialetos e formas de ser e viver.

CONCLUSÃO

O Sínodo para a Amazônia convida as próprias igrejas locais a conceber-se como igreja regional pan-amazônica com direito eclesial próprio. A relevância desse território, não só em nível regional, como também mundial, justifica que se dê atenção especial aos temas e problemas mais específicos da região. Uma conferência episcopal amazônica reuniria todas as dioceses, vicariatos apostólicos e prelazias dos países que compõem a Amazônia. A unidade e solidariedade entre os bispos locais reunidos em uma conferência única daria mais visibilidade e seria expressão ainda mais clara e eficaz da urgente necessidade de se cuidar melhor desse canto especial do planeta. Além disso, seria colocar em prática o apelo da Encíclica *Laudato Si'*, testemunhando que a ecologia integral faz parte do trabalho de evangelização. O “vinho novo”, isto é, os novos caminhos para a evangelização da Amazônia que o sínodo vai revelar, precisará de “odres novos”. Entre eles, um organismo eclesial novo, preparado para enfrentar as novas e urgentes circunstâncias pelas quais passa a Amazônia, e que possa colocar em prática e implementar as conclusões do sínodo. Não queremos que o “vinho novo” desse sínodo extraordinário se perca.